Na linha de ataque

CORREIO BRAZILIENSE — A intervenção federal na Saúde do DF o preocupa?

ARNALDO BERNARDINO — Isso nunca assombrou a Secretaria. Desde o início ficou muito claro que todas as atitudes eram movidas partidariamente. O prejuízo foi muito grande. Perdeu-se e perde-se muito tempo respondendo a relatórios e perguntas. Todas as explicações foram dadas. A criação da Força Tarefa, que se resumiu ao Ministério Público local, resultou em 58 auditorias em 2003. A Força Tarefa soltou seis relatórios com barulho e processos contra os secretários de Saúde desde 1999. A cúpula do ministério e o próprio ministro Humberto Costa nunca se envolveram nisso. Eles não têm interesse em assumir a gestão plena.

CORREIO — O atendimento a pacientes de outros estados ainda é grande?

BERNARDINO - Em todos os programas de atendimento do DF, há 42% de pacientes do Entorno e outras unidades da Federação. Em fins de semana e feriados, aumenta para 65% a 70%. A porta de entrada principal é o Hospital de Base, que consome todo o seu dinheiro em problemas secundários. Até pessoas embriagadas vão para lá. A alta complexidade, que é o transplante, neurocirurgia e câncer, fica prejudicada. Desde 1º de janeiro de 2003, o DF caminha só. Qualquer coisa que a gente consegue do Ministério da Saúde, com exceção do repasse mensal, é com muita dificuldade.

CORREIO — Quando presidia o Sindicato dos Médicos, o senhor denunciava irregularidades na Saúde. Hoje critica o Conselho Regional de Medicina, que faz o mesmo papel. Por quê?

BERNARDINO — O homem público precisa ter cuidado com a sua coerência. No sindicato, meu papel era sair na defesa do trabalho do médico. Aqui, meu papel é defender a saúde da população, a qualidade do serviço prestado. Ninguém no DF lutou mais pela aprovação do plano de carreira dos médicos do que eu. Nunca mudei meu discurso. Não tenho preocupação com a atuação do CRM. O papel do conselho é cuidar da boa medicina. Ele fiscaliza o exercício profissional. Se por acaso o CRM me provar que as atitudes da secretaria estão tirando as condições do exercício da boa medicina, tudo bem. Mas isso não acontece. Qualquer denúncia do conselho deveria ser comunicada à DESDE 1° DE JANEIRO DE 2003, O DF CAMINHA SÓ. QUALQUER COISA QUE A GENTE CONSEGUE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM EXCEÇÃO DO REPASSE MENSAL, É COM MUITA DIFICULDADE

secretaria, mas só tomamos conhecimento do caso pela imprensa.

CORREIO — O Saúde da Família foi extinto por causa de contratações irregulares. E o Família Saudável está na Justiça com denúncias de fraudes na seleção dos candidatos. Quando o programa começa?

BERNARDINO — O concurso tem prova escrita, de currículo, a inscrição é aberta para todo mundo, a prova é pública, a nota é pública. Como você pode beneficiar alguém? Nunca houve problema concreto no edital. Não foi provada nenhuma irregularidade, as

queixas são vagas. Estamos lançando novo cronograma para auxiliar de enfermagem. As inscrições começam dia 26 de janeiro. Em fevereiro, começa a implantação de parte do Programa de Agente Comunitário de Saúde, nos 64 Centros de Saúde e 30 Postos Urbanos. Acredito que todo o programa será efetivado até o início de março.

CORREIO — O transplante de rins no Hospital de Base, considerado referência no país, está suspenso este mês. Por quê?

BERNARDINO — A secretaria já fez uma média de 60 transplantes renais por mês. Tínhamos transplante hepá-

tico, renal e de córnea. Quando assumi, encontrei todos suspensos. Em 2003, reativamos o renal e o de córnea. Hoje, avançamos bastante no transplante de córnea. A fila está desaparecendo porque a doação é mais frequente. O transplante renal vem numa curva crescente. Iniciamos o processo para credenciar o Hospital Universitário, o Santa Lúcia, o Hospital Brasília e o Santa Luzia, mas não houve interesse dos hospitais privados. Estamos buscando a retomada do transplante hepático e de pulmão. As pessoas acham que o secretário de Saude tem que controlar o comprimido que está faltando na prateleira. O papel do secretário é fazer a política de transplante, de medicamento.

CORREIO — Mas e a falta de medicamentos para o transplante de rins?

BERNARDINO - No transplante, se parar de tomar o medicamento, o órgão é rejeitado. Não há um relato de caso desse tipo no DF. As pessoas estão mal-acostumadas com o novo gerenciamento da saúde. Antes, isso aqui era uma fundação. Comprava-se remédio e material para 120 dias e estocava-se até o teto. Hoje, compra-se o que se consome. No ano passado, o DF não recebeu 50% do quantitativo que tinha de receber. Tudo isso causa um grande prejuízo à assistência. Todo paciente transplantado tem medicamento garantido para o seu tratamento. Se não tem remédio para novos transplantados, não chegou ao meu conhecimento. Se as cirurgias estão suspensas no Hospital de Base, é por decisão da equipe e por outros motivos. Nós temos constantemente 700 pacientes internados no Hospital de Base. Como posso acreditar que esteja faltando material e medicamento se o paciente continua sendo atendido?

CORREIO — Por que a rede de saúde fica desabastecida em janeiro?

BERNARDINO — É época de transição de orçamento. Desde 6 de janeiro, estamos empenhando medicamentos. Se o estoque começa a cair a níveis críticos, mandamos comprar emergencialmente. Esse é o processo. Não se trabalha com estoque. Corre-se o risco de vencer o produto, comprar mais de um e menos de outro. O dinheiro é único. Tem que gerenciar a compra. Desaparece muito medicamento, muito produto da rede. Há relatos de pacientes que fazem estoque em casa de medicamentos caríssimos. Conseguem várias receitas e entram com processo para conseguir mais.

CORREIO — O senhor quer mudar o perfil do Hospital da Base?

BERNARDINO — O Hospital de Base tem de ser terciário, para atender alta complexidade. Temos que tirar dali o atendimento que pode ser feito em outro hospital do Plano ou das regionais. Por exemplo, o HBDF faz cirurgia de fimose, que é eletiva. Um hospital daquele porte não pode ficar fazendo cirurgia de fimose, porque prejudica o transplante renal e a cirurgia torácica. O Hospital da Asa Sul tem serviço eletivo de cirurgia pediátrica.